

DA SUBJETIVAÇÃO OPRESSORA À EMANCIPADORA: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE O ACELACIONISMO DE ESQUERDA E O GUATTARI TARDIO

Victoria Hautz do Carmo¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

 <https://orcid.org/0009-0004-7023-7983>

E-mail: victoriahautz@gmail.com

RESUMO:

A partir de um panorama histórico-conceitual do aceleracionismo, especialmente em suas vertentes de esquerda, propõe-se uma leitura que o relaciona com o pensamento tardio de Félix Guattari, cujo enfoque recai sobre três dimensões interdependentes: a ecologia, a subjetividade e as relações sócio-produtivas. Argumenta-se que a tecnologia, longe de ser um instrumento neutro, constitui um vetor fundamental nos processos de subjetivação, podendo operar tanto como dispositivo de controle e alienação quanto como ferramenta de reapropriação existencial e autovalorização, conforme sugere Guattari. Ao recuperar a esquizoanálise e a noção de agenciamentos coletivos de enunciação, defende-se que é possível pensar a técnica como aliada a modos de subjetivação emancipatórios e não unicamente opressores.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetivação; Aceleracionismo de Esquerda; Esquizoanálise; Tecnocapitalismo.

FROM OPPRESSIVE TO EMANCIPATING SUBJECTIVATION: A POSSIBLE RELATIONSHIP BETWEEN LEFT-WING ACCELERATIONISM AND LATE GUATTARI

ABSTRACT:

Based on a historical-conceptual overview of accelerationism, especially in its leftist strands, this paper proposes a reading that relates it to the late thought of Félix Guattari, whose focus falls on three interdependent dimensions: ecology, subjectivity, and socio-productive relations. It is argued that technology, far from being a neutral instrument, constitutes a fundamental vector in the processes of subjectivation, capable of operating both as a device of control and alienation and as a tool for existential reappropriation and self-valorization, as Guattari suggests. By recovering schizoanalysis and the notion of collective assemblages of enunciation, it is argued that it is possible to think of technology as an ally to emancipatory modes of subjectivation, and not solely as an oppressive one.

KEYWORDS: Subjectivation; Left-wing Accelerationism; Schizoanalysis; Technocapitalism.

¹Doutorando(a) em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil.

Os aceleracionismos

O que aceleracionismo, desejo e subjetividade têm em comum? Neste artigo tentaremos unificar essas temáticas tendo em vista a crise generalizada na qual o neofascismo tem nos colocado. Assim, partindo de uma pequena histórica conceitual sobre o movimento aceleracionista, tentaremos relacioná-la ao modo como Guattari desenvolveu seu trabalho teórico no final da vida voltando-se para três dimensões: a ecologia, a subjetividade e as relações sócio-produtivas. Ver-se-á, no centro dessa articulação, um debate sobre a determinação tecnológica como um modo de subjetivação que pode ser utilizada como manutenção opressora ou, como Guattari gostaria, ser utilizada como elemento da “reapropriação existencial e de autovalorização”.

A primeira coisa que deve ser dita é o seguinte: aceleracionismo diz respeito e se debruça sobre o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Sendo esse seu objeto de investigação, podemos afirmar, juntos de alguns teóricos como Nick Land e Benjamin Noys, que sua origem pode ser rastreada até Marx. É a partir de um discurso de Marx de 1848 sobre livre mercado que se pode ver essa linha temporal de influência. Em *A Miséria da filosofia*, o alemão afirma:

Mas, em geral, nos dias atuais o sistema protecionista é conservador, ao passo que o sistema de livre-câmbio é destruidor. Ele dissolve as velhas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Numa palavra, o sistema da liberdade do comércio *acelera* a revolução social. E só nesse sentido revolucionário, senhores, é que voto a favor do livre-câmbio (Marx, 2017, p. 226, grifo nosso).

É necessário explicitar que o termo aceleracionismo não aparece em Marx. Apesar dos autores envolvidos na tradição fazerem parte do século XIX, XX e XXI, o termo propriamente dito foi cunhado de forma crítica num livro de 2010 escrito por Benjamin Noys. Em *The Persistence of the Negative: A Critique of Contemporary Continental Theory*, Noys define o pensamento filosófico de Deleuze, Guattari, Lyotard e Baudrillard nos anos 1970 de aceleracionista, mais especificamente os seguintes livros: *O Anti-Édipo*(1972) de Deleuze & Guattari, *Economia Libidinal*(1974) de Jean-François Lyotard e *A Troca Simbólica e a Morte*(1976) de Jean Baudrillard.

De acordo com Noys, eles:

respondem à contestação de Marx de que “a real barreira da produção capitalista é o próprio capital”, argumentando que nós devemos atravessar essa barreira fazendo o capitalismo voltar-se contra si mesmo. Eles são uma variante exótica da *politique du pire*: se o capitalismo gera suas próprias forças de dissolução, então a necessidade é radicalizar o próprio capitalismo: quanto pior melhor. Nós podemos chamar essa tendência de aceleracionista(Noys, 2010, p.5.)²

Neste livro, portanto, Noys, identifica uma certa maneira de pensar o capitalismo em alguns autores e define essa maneira como aceleracionista. Contudo, anunciar aqui que aceleracionismo diz respeito à radicalização do sistema capitalista tendo em vista as possíveis linhas de fuga dessa forma social, seria um tanto fraco do ponto de vista teórico, já que o debate aceleracionista ao longo dos últimos anos tem introduzido variáveis importantes no estudo do capitalismo.

² As citações de Benjamin Noys tiveram tradução nossa.

Em 2013, Noys publica outro livro no qual repensa o conceito de aceleracionismo e inclui no conjunto de pensadores e linhas de pesquisa sobre o capitalismo tardio o grupo CCRU (Cybernetic Culture Research Unit) da Universidade de Warwick na Inglaterra. Com o livro *Malign Velocities: Accelerationism and Capitalism*, Noys compreende que aquele movimento dos anos 1970 na França teve desdobramentos significativos na história da filosofia. O CCRU, portanto, seria o mais recente membro na história do aceleracionismo. Ele era formado pelos pensadores Nick Land, Sadie Plant, Mark Fisher (talvez o mais conhecido) entre outros que lecionavam e estudavam em Warwick durante os anos de 1990.

Apesar dos autores franceses terem teorizado as possíveis condições de saída do capitalismo, o CCRU estava mais preocupado em pensar a produção cultural da época que se tornava concreta através da aplicação dos recentes estudos sobre ciência da computação. Nesse sentido, o que se especulava ali era o futuro do tecnocapitalismo e todas as implicações culturais passíveis de serem concebidas.

Vemos, assim, que a partir de um discurso de Marx no século XIX, segundo Noys, um modo específico de pensar a dissolução do capital foi engendrado. Os franceses aqui mencionados fazem parte dessa linha de pensamento. O CCRU, no entanto, dado o contexto da época - com fim da URSS, o neoliberalismo intensificando seus processos, o mundo high tech em aceleração - tentou apenas conceituar aquele novo mundo emergente sem necessariamente pensar no fim do sistema capitalista.

Uma figura intelectual importante para o grupo e para o movimento aceleracionista em geral, é o teórico Nick Land. Suas interpretações de *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, apesar de serem muito criticadas, contribuíram para o que hoje entendemos como aceleracionismo. Há quem o chame de o “pai” do aceleracionismo. Ao meu ver, isso se justifica porque é a partir da leitura enviesada³ landiana de *O Anti-Édipo* que o capitalismo concebido pela via aceleracionista ganha atenção tanto política quanto acadêmica. Precisamos, nesse sentido, introduzir aqui certas peças teóricas deleuze-guattarinianas para alcançar nosso objetivo aqui. Não haveria, por isso, como desviar das considerações de Nick Land e de Deleuze e Guattari sobre o capital, pois é a partir delas que se desenvolveu as várias versões do aceleracionismo. Vale ressaltar, assim, que o aceleracionismo diz mais respeito sobre um conjunto de pensamentos do que uma teoria e, por isso, como entendem José Geraldo e Rodrigo Mickus em *Os demônios de Nick Land: uma especulação introdutória sobre aceleração e hiperstição*:

a cada novo engajamento com o acc, e com a entrada de novos personagens e discursos no jogo, um novo tabuleiro é formado por posições éticas, estéticas, filosóficas, científicas e políticas cada vez mais díspares, às quais podem ser pressentidas já nas variações de nomenclatura reivindicadas por estes n-aceleracionismos: r/acc (aceleracionismo de direita), l/acc (aceleracionismo de esquerda), g/acc (aceleracionismo de gênero), u/acc (aceleracionismo incondicional), etc.(Geraldo;Mickus, 2021, p. 230).

Bom, Deleuze e Guattari articulam todo o seu projeto filosófico de cunho clínico-político em *O Anti-édipo* baseado no conceito de desejo. Eles fazem isso a partir de um ponto de vista materialista, o que cria as condições de possibilidade de uma posição “materialista libidinal” da realidade. Isso quer dizer que não podemos fazer a separação da produção social e do desejo, do dinheiro e da libido. É necessário, por isso, partimos da defesa, como fazem esses autores, da medida comum entre desejo e sociedade, como se houvesse uma relação de identidade entre a

³ A leitura de Nick Land dos livros dos franceses tornou-se objeto de crítica na medida em que Land mobiliza a teoria de Deleuze e Guattari para defender a expansão do capitalismo e, ao fazer isso, propositalmente retira de sua leitura o fato de o trabalho dos franceses voltar-se justamente para um diagnóstico com fim político-revolucionário e não destrutivo. Daí sua leitura ser controversa e pouco fidedigna em relação aos objetivos clínico-políticos do livro dos autores.

produção do desejo e a produção social. Isso fica evidente ao afirmarem que não há “distinção alguma de natureza entre a economia política e a economia libidinal” (Deleuze;Guattari, 2010, p. 504).

O conceito de desejo, ao longo da história da filosofia, tem recebido significações diversas. É, porém, a partir de Freud e da psicanálise que o peso teórico do conceito ganhou relevância para uma filosofia social. Lacan também, com a atribuição da negatividade ao desejo, fez do conceito uma ferramenta clínica eficaz. Todavia, o que queremos evidenciar aqui, é a noção de *desejo como processo de produção da realidade*, assim como ele aparece em *O Anti-Édipo*.

O que vemos ali, além da crítica a Édipo e ao familismo, é a tentativa de mapear maneiras reais de agir politicamente dentro dum sistema que, em essência, segundo os autores, opera a partir de um derretimento dos signos nas culturas. Como entendem eles,

O problema do *socius* tem sido sempre este: codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado. Quando a máquina territorial primitiva deixou de ser suficiente, a máquina despótica instaurou uma espécie de sobrecodificação (Deleuze;Guattari, 2010, p. 51).

Como podemos ver, eles defendem uma função ontológica do social: codificar em forma de signos o fluxo produtivo do desejo. Porém, eles entendem que o capitalismo, ao invés de codificar, funciona *descodificando*. O livro, com fins metodológicos, faz análise daquilo que o desejo produziu e o social codificou em três momentos históricos diferentes: A máquina social primitiva, que podemos entender como um momento anterior a construção de estados-nações, a máquina social despótica, quando a estrutura social passa a ser construída a partir do corpo do déspota e a máquina social capitalista, na qual vivemos hoje. Assim, eles buscam esclarecer a produção desejante nas máquinas sociais que antecederam o capitalismo para que o sistema capitalista em si fosse passível de crítica a partir daquilo que o possibilitou. Contudo, para além das suas condições de possibilidade, o que vemos nesse processo crítico, é a tentativa de evidenciar a especificidade da forma descodificante da sociedade capitalista. Seguindo a citação anterior, eles continuam:

Mas a máquina capitalista, à medida que se estabelece sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado despótico, encontra-se numa situação totalmente nova: a descodificação e desterritorialização dos fluxos. Não é de fora que o capitalismo enfrenta essa situação, pois ele vive dela, nela encontra tanto a sua condição como a sua matéria, e a impõe com toda sua violência (Deleuze;Guattari, 2010, p. 51).

Existe, assim, segundo os autores, uma diferença da produção desejante na máquina social capitalista. Se a função do *socius*, como dizem eles, é formalizar o fluxo do desejo, é codificar a produção do desejo em signos, é criar significado social, vemos que o capitalismo se mostra ao avesso dessa dinâmica, já que busca antes o esfacelamento dos códigos. Mas por quê? O que faz do Capital uma máquina social que exemplifica o contrário do que deveria ser uma sociedade? Eis aqui um questionamento filosófico contemporâneo necessário que dá fundamento tanto para o modo como Land se apropriou da leitura de Deleuze e Guattari sobre o capitalismo, quanto para o cenário político que fez emergir o aceleracionismo de esquerda.

O processo de codificação do desejo deve ser entendido como aquilo por meio do qual possibilita a intensidade da produção desejante ser localmente investida e significada. Isso quer dizer que, dada a codificação dos fluxos do desejo, podemos ver sua atuação em um sistema fechado onde sua potência fica restringida e, por isso, produz algo no mundo. Como esclarece Rodrigo Guéron (2017, p.262) no artigo *A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari: De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx*, “essa codificação trata-se de um processo de marcação

sobre os corpos que permite a experiência do “sentido” no movimento mesmo em que o desejo é, por assim dizer, “objetivado”. Quando pensamos em máquinas sociais, podemos entender melhor esse cenário, pois a partir do modo como o *socius* codifica os fluxos do desejo é que podemos compreender sua maneira de lidar com a realidade desejante.

Para os autores, nada foge desse processo:

A máquina social é literalmente uma máquina, independentemente de qualquer metáfora, uma vez que apresenta um motor imóvel e executa diversos tipos de cortes: extração de fluxo, separação de cadeia, repartição de partes. Codificar os fluxos implica todas estas operações. E é esta a mais elevada tarefa da máquina social, dado que as extrações de produção correspondem à separação de cadeias, resultando daí a parte residual de cada membro, num sistema global do desejo e do destino que organiza as produções de produção, as produções de registro, as produções de consumo. Fluxo de mulheres e de crianças, fluxo de rebanhos e sementes, fluxo de merda, de esperma e de menstruações, nada deve escapar (Deleuze;Guattari, 2010, p.188).

Assim, produzindo um tipo de “filosofia do social”, vemos que os franceses defendem um pressuposto ontológico, a saber, que a “sociedade não é, primeiramente, um meio de troca onde o essencial seria circular e fazer circular, *mas um socius de inscrição onde o essencial é marcar e ser marcado*” (Deleuze;Guattari, 2010, p.189). Conceber a sociedade dessa forma, nos permite vislumbrar toda uma cadeia rizomática de produção e de registro em âmbitos diversos, desde a Terra até o inconsciente.

É importante ressaltar um elemento relevante que depois aparecerá com outras características na máquina social capitalista, a questão referente a fluxos descodificados. Na máquina social primitiva, dizem Deleuze e Guattari, havia a tentativa constante de se evitar a falta de codificação, isto é, havia o medo dos fluxos descodificados do desejo, pois isso desestabilizaria a estrutura social ali produzida. É por isso, segundo os franceses, que a

máquina primitiva não ignora a troca, o comércio e a indústria, mas ela os esconjura, localiza-os, quadricula-os, encaixa-os, mantém o mercador e o ferreiro numa posição subordinada, para que os fluxos de troca e de produção não venham quebrar os códigos em proveito de suas quantidades abstratas ou fictícias (Deleuze;Guattari, 2010, p.204).

Apesar da constante busca pela codificação dos fluxos nas máquinas sociais, é possível ver a defesa de Deleuze e Guattari de uma dimensão do Real que se recusa a passar por tal processo, como se houvesse um excesso de potência produtiva que sempre escapasse ao registro. Isso exemplifica o modo como os franceses entendem a produção desejante entendida a partir do materialismo. Daí a noção de materialismo libidinal. Vemos que Deleuze e Guattari inserem um termo fundamental para melhor entendermos essa dimensão da produção excedente do desejo que foge do processo de codificação: a esquizofrenia. É de modo necessário, porém, esclarecermos que esse termo em *O Anti-Édipo* não se limita ao campo da psiquiatria. Os autores querem antes pensar esse conceito em termos de processo, como se a esquizofrenia se referisse a um tipo de processo de produção altamente produtivo.

O esquizo, assim, refere-se à produção desejante tal como ela é na realidade: expansiva e excessiva. É através desse caráter esquizo que os fluxos do desejo tendem a querer se descodificar, mas as máquinas sociais, responsáveis pelos registros, sempre evitam esse processo e acabam produzindo uma sobrecodificação sobre esse fluxo ou codificam-o de forma totalmente nova com fins de significação e controle. A máquina social capitalista, no entanto, lidará de forma totalmente diferente com esses fluxos esquizos, ao invés de os recodificar, produzirá uma nova maneira de lidar com essa produção esquizofrênica, a saber, a sua *axiomatização*.

Axiomatizar os fluxos, ao contrário de codificá-los, significa converter todo o processo de produção desejante do Real, como diz Guéron, “num sistema quantitativo, isto é, reduzir este processo a quantidades variáveis e abstratas em formas de moeda” (Guéron, 2017, p. 265). Nesse sentido, toda a produção, inclusive a que teria potencial de desmantelamento da ordem social capitalista, é reduzida à forma-mercadoria.

Marx já trabalhava com essas ideias, mas Deleuze e Guattari estão defendendo aqui o seguinte: mesmo aquilo que poderia destruir o capitalismo está sendo usado como fomento para sua produção. Na verdade, os autores entendem que os fluxos descodificados são a matéria prima do capitalismo em termos de produção, e por isso a axiomatização além de tornar tudo “quantidades variáveis e abstratas em forma de moeda”, representa também a manutenção imanente do sistema para sempre operar no limite da descodificação e, ao mesmo tempo, impedir que essa produção esquizo - que supostamente o desestruturaria - de fato o desestruture. Dessa forma, “o que ele descodifica com um das mãos, axiomatiza com a outra” (Deleuze;Guattari, 2010, p. 326). Isso quer dizer que toda suposta crise social, seja ela de ordem política, econômica, estética, ecológica e até psíquica, na verdade alimenta a estrutura de regulamentação imanente da máquina social capitalista pois cria as condições de captura e axiomatização dos fluxos em prol da produção de capital. Esse é o diagnóstico marxista de Deleuze e Guattari e, a partir dele, o último capítulo de *O Anti-Édipo* funda a esquizoanálise como forma de pensar o social pelo desejo e de compreender as fissuras inconscientes que precisam ser analisadas tendo em vista uma ruptura política na vida social e não individual.

Nick Land, em 2018, concedeu uma entrevista para o podcast *Hermitix* afirmando que o capitalismo pode ser considerado um “loop amplificante abstrato” (abstract amplifactory loop), e que qualquer coisa que inibisse esse loop se de ampliar tenderia a ser superado por algo que o inibisse menos. Aqui, portanto, vemos a influência da teoria axiomática do capital de Deleuze e Guattari, pois Land compreende que esse tal loop só se amplifica controlando aquilo que poderia inibir sua amplificação, tornando, assim, qualquer fluxo esquizofrênico parte constituinte da intensificação da máquina social capitalista. Dado isso, Land lê o capitalismo, na esteira de Deleuze e Guattari, por meio desse caráter aparentemente cibernético, onde toda a produção desejante tem sua força capturada e investida na expansão do sistema. Contudo, toda a parte política e propositiva do projeto de Deleuze e Guattari é encoberta, o que produz uma leitura centralizada na expansão capitalista e na intensificação das forças produtivas mediada pelo avanço tecnológico, algo que Land compreende como sendo o único objetivo do capitalismo, o que faz dele um anti-humanista um tanto polêmico. Daí as críticas para tal leitura, já que a vida de Deleuze e, principalmente a de Guattari, foram dedicadas às buscas teórico-práticas de outras formas de relações sociais que não fossem essas do capitalismo.

Dado isso, podemos nos questionar a partir da seguinte hipótese: Se não há possibilidade de ruptura com a lógica axiomática do capital, não existe a possibilidade de um futuro pós-capitalista? É justamente a partir desse questionamento que o aceleracionismo de esquerda introduz uma nova maneira de pensar o que seria um futuro pós-capitalista. Robin Mackay e Armen Avanessian organizaram um livro em 2014 intitulado *#ACCELERATE: The Accelerationist Reader*. Ali são apresentados, de forma cronológica, textos que são considerados estruturantes para a análise aceleracionista. Os organizadores arquitetaram o livro de modo que o leitor consiga compreender as origens do movimento aceleracionista, bem como definir do que se trata o debate. Além desses textos, Robin e Armen, fazem uma introdução ao livro e definem, evidenciando a paralisia generalizada da política esquerdista analisada no *Manifesto for an Accelerationist Politics* [MAP] escrito por Alex Williams and Nick Srnicek em 2013, o que podemos entender por aceleracionismo de esquerda. O livro infelizmente ainda não tem tradução em português. Segundo eles,

O desespero parece ser o sentimento dominante da esquerda contemporânea, cuja crise imita perversamente o seu inimigo, consolando-se quer com os prazeres menores da denúncia estridente, do protesto mediatizado e de interrupções lúdicas, ou com a noção pouco credível de que a manutenção de uma severa vigilância “crítica” sobre a subsunção total da vida humana sob capital, do esconderijo da teoria, ou de dentro da névoa autocongratatória de “indeterminação” da arte contemporânea, constitui resistência. O neoliberalismo hegemônico afirma que não há alternativa, e o pensamento político de esquerda estabelecido, cuidadoso em desistir das ‘grandes narrativas do Iluminismo’, desconfiando de qualquer caminhão com infraestrutura tecnológica contaminado pelo capital, e alérgico a toda uma herança civilizacional que agrupa e descarta como “pensamento instrumental”, claramente falha em oferecer a alternativa que insiste que deve ser possível, exceto na forma de histórias contrafactuais e intervenções demasiado locais em um sistema descentralizado e globalmente integrado que é, na melhor das hipóteses, indiferente a eles (Mackay; Avanessian, 2014, p. 05).⁴

Assim, os autores querem fazer ver que *falta à esquerda contemporânea a capacidade de entender de forma complexa a nova infraestrutura dos processos de produção do século XXI que se sofisticou a todo momento*. Toda essa sofisticação se deu e se dá pela lógica expansiva da produção impessoal e praticamente anti-humana do tecnocapitalismo, como entende Land. Em outras palavras, os autores entendem que a esquerda não pensa o capitalismo, quer apenas o superar ou voltar a um passado material simples e localmente administrado. No entanto, o sistema mundo criado pela circulação de capital não deixará isso acontecer. Nesse sentido, dentro dessa perspectiva, fenômenos como o bolsonarismo e o trumpismo, denunciam justamente essa incapacidade da práxis política de esquerda de compreender a infraestrutura tecnológica que determina o futuro social em todos os seus aspectos.

Sendo assim, o aceleracionismo, lido a partir do que seria uma política orientada pela esquerda, pode ser compreendido, assim como definem os autores, como o termo que “foi adotado para nomear um grupo convergente de novos empreendimentos teóricos que visam conceituar o futuro fora das críticas tradicionais e das soluções regressivas, desaceleradoras ou restaurativas” (Mackay; Avanessian, 2014, p.09).

Guattari e a análise qualitativa dos elementos de subjetivação

Essa primeira parte do artigo teve o intuito de esclarecer o movimento aceleracionista, principalmente em sua vertente de esquerda, tendo em vista as inúmeras críticas voltadas a ele. Como vimos, não se trata apenas de uma cega aceleração, apesar da via reacionária landiana pensar assim, mas, acima de tudo, de contribuir com uma leitura que se aproprie do desenvolvimento das forças produtivas sem que estas sejam necessariamente submetidas às ordens do capitalismo contemporâneo. Guattari, na década de 1990, já tinha entendido a importância dessa tarefa, principalmente por ter lido o desenvolvimento maquínico como sendo um “equipamento de subjetivação”.

Em seu texto *Da produção de subjetividade*⁵, Guattari busca desenvolver, assim como o faz em outros textos, principalmente em *Caosmose: Um novo paradigma estético*, as bases para uma nova modelização da subjetividade. Sim, ele foi discípulo de Lacan, estava lá na França na década de 1960, teve sua intelectualidade moldada pelo estruturalismo, mas desde aquela época ele já se

⁴ Tradução nossa.

⁵ Texto publicado pela primeira vez em 1987 na revista *Chimères: Revue des Schizoanalyses* e reeditado como “Limiar” no livro *Cartographies schizoanalytiques* de 1989. No Brasil, o texto faz parte do livro *Imagem-Máquina: as eras da tecnologia do virtual*, organizado por André Parente e publicado pela primeira vez em 1993 pela Editora 34.

mostrava reativo à redução formalista que o estruturalismo impunha à noção de sujeito, principalmente à noção de agência. Assim, textos ainda da década de 1960, como *Máquina e Estrutura*⁶, já anunciavam um projeto pós-estruturalista que se encontraria com Deleuze, mas que Guattari continuaria até o fim da vida.

No texto *Da produção de subjetividade* em particular, o francês visa formular uma leitura que dê conta de analisar duas questões: i. quais dimensões sociais de fato influenciam na produção e determinação da subjetividade e ii. quais momentos e dispositivos históricos tiveram relevância para a produção do que hoje podemos denominar de “subjetividade capitalista”. Indicando sua pretensão e, ao mesmo tempo, questionando-se, Guattari afirma:

O pensamento clássico mantinha a alma afastada da matéria e a essência do sujeito afastada das engrenagens corporais. Os marxistas, por sua vez, opunham as superestruturas subjetivas às relações de produção infraestruturais. Como falar da produção de subjetividade, hoje? Uma primeira constatação nos leva a reconhecer que os conteúdos da subjetividade dependem, cada vez mais, de uma infinidade de sistemas maquínicos. Nenhum campo de opinião, de pensamento, de imagem, de afectos, de narratividade pode, daqui pra frente, ter a pretensão de escapar à influência invasiva da “assistência por computador”, dos bancos de dados, da telemática etc ... (Guattari, 1993, p. 177).

Na década de 1990, havia se iniciado o debate referente aos impactos tecnológicos na subjetividade dada a democratização dos gadgets e da internet. O que Guattari se questionava nesse cenário, portanto, ia na direção de investigar “essa nova máquina-dependência da subjetividade” (Guattari, 1993, p. 177), constatando que apesar da democratização ao acesso, houve um “fechamento segregativo de suas instâncias de elaboração” (Guattari, 1993, p. 177), além da ampliação de abordagens antropológicas e variações nos campos de investigação técnico-científicos, bem como estéticos. Na visão de Guattari, essas alterações produziram análises maniqueístas em relação ao novo tempo, as mudanças ou eram recebidas como negativas ou tidas como “deliciosas desilusões”. Contudo, ele dirá,

ao invés de se associar às cruzadas tão em voga contra os malefícios do modernismo, ao invés de pregar a reabilitação dos valores transcendentais em ruína ou de entregar-se como o pós-modernismo às delícias da desilusão, pode-se tentar recusar o dilema de ter que optar entre uma rejeição crispada ou uma aceitação única da situação (Guattari, 1993, p. 177).

Qual seria, portanto, esse meio termo? Essa é justamente a questão que orienta o que discutimos na seção anterior quando explanamos as intenções dos aceleracionistas ditos de esquerda: fazer da tecnologia não uma ferramenta de submissão ou a causa de destruição humana, mas de uma aliada dos ideais revolucionários. Marx, em um pequeno texto intitulado *Fragmentos sobre as máquinas* de 1858, havia iniciado a análise dessa submissão do trabalho humano diante da maquinaria autônoma que, segundo ele, transforma o trabalho vivo e os trabalhadores, a partir da sua estrutura, apenas em mais uma parte de suas partes. Essa problemática é antiga e fez com que nós víssemos o desenvolvimento das forças produtivas unicamente por esse viés de submissão e alienação à máquina. O que Guattari busca propor se fundamenta na abertura de possibilidade de outra relação humano e máquina-técnica, de uma relação na qual a “confeção de novos agenciamentos de enunciação” (Guattari, 1993, p. 178) tornem-se possíveis.

⁶ Texto de 1969 publicado posteriormente no livro *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Este livro é composto por ensaios e artigos escritos por Guattari ao longo dos anos 1960. Ele foi publicado pela primeira vez em 1974 na França pela Éditions Maspero e, no Brasil, apenas em 2004 pela Ideias & Letras.

Para entendermos essa proposta, precisamos seguir com uma explicação mais aprofundada sobre os elementos sociais que fazem parte da produção e determinação da subjetividade. O termo máquina para Guattari tem uma definição singular. Desde a produção em parceria com Deleuze nas décadas de 1970, como vimos na seção anterior, até seus textos sozinho, esse termo tem um caráter estrutural para entender as relações sócio-produtivas.

O que Deleuze e Guattari sempre tentaram fazer foi dar conta teoricamente do social a partir do seu funcionalismo, ou seja, a partir da pergunta: como isso funciona e não o que isso é. Logo, para entender a processualidade contínua da realidade, eles, de forma não metafórica, estipularam por meio de uma metafísica do desejo, que a produção do Real advém de máquinas que se conectam em máquinas incessantemente. Podemos ver nisso uma grande influência do discurso marxista sobre as forças produtivas aliado ao léxico psicanalítico. Daí a inseparabilidade entre a economia política e a economia libidinal. Nesse cenário, em que tudo é máquina, vemos máquinas-sociais, máquinas-técnicas, máquinas-retóricas, máquinas-corpo. Vale dizer, *trata-se da constituição maquínica do Real, composta por múltiplas partes*. Quem máquina? O desejo⁷.

O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. O real decorre disso, é o resultado das sínteses passivas do desejo como autoprodução do inconsciente. Nada falta ao desejo, não lhe falta o seu objeto. É o sujeito, sobretudo, que falta ao desejo, ou é ao desejo que falta sujeito fixo; só há sujeito fixo pela repressão. O desejo e o seu objeto constituem uma só e mesma coisa: a máquina, enquanto máquina de máquina. O desejo é máquina, o objeto do desejo é também máquina conectada, de modo que o produto é extraído do produzir e algo se destaca do produzir passando ao produto e dando um resto ao sujeito nômade e vagabundo (Deleuze;Guattari, 2010, p. 43).

O sujeito cartesiano passa longe dessa visão. Ele deve ser lido aqui como apenas o resto de um processo produtivo complexo e dinâmico. Sendo assim, a sociedade produz os sujeitos, ela o faz por meio do que Guattari denomina no texto sobre a produção de subjetividade de “equipamentos coletivos de subjetivação” (Guattari, 1993, p.178). As “máquinas iniciáticas, sociais, retóricas, embutidas nas instituições clínicas, religiosas, militares, corporativistas etc” (Guattari, 1993, p.178) são exemplos dos elementos que fazem partes desses equipamentos, mas existem vários desses elementos.

É o caso, por exemplo, das máquinas monacais que trouxeram até nós as memórias da antiguidade, fecundando assim nossa modernidade. O que eram estas máquinas monacais senão *softwares*, “macroprocessadores” da Idade Média - os neoplatônicos tendo sido, à sua maneira, os primeiros a conceber uma processualidade capaz de atravessar o tempo e as estases? E a corte de Versalhes, com sua gestão minuciosa dos fluxos de poder, de dinheiro, de prestígio, de competência e suas etiquetas de alta precisão, o que era ela senão uma máquina deliberadamente concebida para secretar uma subjetividade aristocrática de reposição, muito mais submissa à realeza estatal do que a dos senhorios de tradição feudal e esboçando outras relações de sujeição aos valores e aos costumes das burguesias ascendentes? (Guattari, 1993, p.178).

⁷ Não podemos entrar aqui profundamente nessa problemática relativa ao conceito de desejo, no entanto, vale ressaltar que o desejo, para os autores, não tem caráter necessariamente antropomórfico. Como esclarece Gabarron-Garcia em *O Anti-Édipo e seus detratores*, “Deleuze e Guattari cruzaram, um curso, que parece ter constituído um verdadeiro escândalo metapsicológico e antropológico: abordar o desejo não antes de tudo humanamente, demasiado humanamente, porém de um ponto de vista não humano, de um ponto de vista transcendental. Essa é uma das razões pelas quais Deleuze e Guattari se propõem a falar em “desejo maquínico” ou “máquinas desejantes” para indicar a impessoalidade essencial do processo que nos faz” (Gabarron-Garcia, 2022, p. 49). Esse texto se encontra no livro organizado por Anderson Santos, *Psicanálise e Esquizoanálise: diferença e composição* de 2022. O texto de Gabarron-Garcia presente neste livro, porém, faz parte como capítulo do livro *L'héritage politique de la psychanalyse* de 2018 do mesmo autor.

Apesar da variação desses elementos, Guattari nomeia três equipamentos que, em resumo e relação, “permanecem na base dos processos de subjetivação das sociedades ocidentais contemporâneas” (Guattari, 1993, p.178). Ele as denomina de i. vozes de poder, ii. vozes de saber e iii. vozes de autorreferência. O primeiro e o segundo estão perto do que Foucault também teorizou. As vozes de poder dizem respeito às técnicas de poder que “circunscrevem e cercam, de fora, os conjuntos humanos, seja por coerção direta ou dominação panóptica dos corpos, seja pela captura imaginária das almas”(Guattari, 1993, p. 179); O segundo equipamento, as vozes do saber, é o desdobramento do primeiro, uma vez que lida com a dimensão pragmática do poder a partir de saberes técnico-científicos sobre as atividades humanas; já o terceiro equipamento trata de uma dimensão que busca se distanciar das outras, embora é a relação e a luta entre elas que produzem a subjetividade. Esse equipamento refere-se à dimensão propriamente singular do que entendemos por subjetividade, é a partir dele que é possível o desenvolvimento de uma “subjetividade processual autofundadora de suas próprias coordenadas, autoconsistencial,[...] o que não a impede de instalar-se transversalmente às estratificações sociais e mentais”(Guattari, 1993, p. 179). É justamente essa dimensão que permite às mutações subjetivas a singularidade criativa que busca se desvincular dos signos dominantes que atuam nos poderes e nos saberes codificados.

Em conjunto e em combate, esses equipamentos “não param de se entrelaçar em estranhos balés, alternando lutas de morte e a promoção de novas figuras” (Guattari, 1993, p. 179). Guattari afirma, porém, que essa modelização dos equipamentos de subjetivação não pretende buscar a universalidade. Em sua concepção, toda a tentativa de modelização contribui não com um caráter universalizante do saber metapsicológico, mas sim com um tipo de cartografia de “áreas e períodos de tempo bem delimitados” (Guattari, 1993, p. 179). Com isso, na linha “esquizoanalítica de elucidação dos fatos da subjetivação” (Guattari, 1993, p. 179), o que está em jogo é a vontade teórica de compreender e dar visibilidade não aos “estados de fato” ou aos “estados de sentido em eixos significacionais” já dados, mas sim à efetivação de “cristalizações existenciais” que instauram-se

aquém dos princípios de base da razão clássica: princípios de identidade, de terceiro excluído, de causalidade, de razão suficiente, de continuidade”. O mais difícil de evidenciar aqui é que esses materiais, a partir dos quais podem se engrenar os processos de autorreferência subjetiva, sejam eles próprios extraídos de elementos radicalmente heterogêneos, para não dizer heteróclitos: ritmos de tempo vividos, ritornelos obsessivos, emblemas identificatórios, objetos transicionais, fetiches de toda espécie... O que se afirma por ocasião dessa travessia das regiões do ser e dos modos de semiotização são traços de singularização - espécies de carimbos existenciais - que datam, “acontecimentalizam”, “contingenciam” os estados de fato, seus correlatos referenciais e os Agenciamentos de enunciação que lhes correspondem (Guattari, 1993, p. 180).

Essa modelização de base esquizoanalítica, portanto, visa entender os processos que formam, determinam, mas, acima de tudo, nos permitem ver a emergência de algo novo. Por isso a defesa incessante de Guattari em relação a impossibilidade do “racionalismo tacanho” que pretende dar conta de algo que é processual por meio das rígidas e limitadas categorias da razão clássica. No entanto, como ele mesmo disse, os saberes da metapsicologia não devem ser lidos como universais, mas sim como cartografias que podem contribuir para a compreensão da produção subjetiva historicamente datada. Não podemos entrar aqui na metamodelização que ele desenvolve com maior rigor em *Caosmose* com a ajuda de Bakhtin e Peirce, mas suas intenções se fundamentam na tentativa de, ao mesmo tempo, evidenciar a historicidade da subjetividade a partir da sua produção mediante os equipamentos de subjetivação e frisar que este empreendimento deve ser feito respeitando a “processualidade considerada como ponto de

emergência contínua de toda forma de criatividade” (Guattari, 1993, p. 181). Estipulando isso como princípio metodológico, Guattari, recusando a universalidade, diz que a função dessa tríade que compõe os equipamentos de subjetivação apenas visa esclarecer “a atual ascensão das ideologias neoliberais e de outros arcaísmos ainda mais perniciosos” (Guattari, 1993, p. 181).

É a partir dessa perspectiva, portanto, que o desenvolvimento de máquinas-técnicas (a idade da informatização planetária, segundo ele) será lido como um equipamento de subjetivação na história do capitalismo. Além dele, Guattari também aponta que, na base da subjetividade capitalista outros momentos históricos tiveram determinação: “a idade da cristandade europeia: marcada por uma nova concepção das relações entre a Terra e o Poder, e a idade da desterritorialização capitalista dos saberes e das técnicas: fundada sobre princípios de equivaler generalizado” (Guattari, 1993, p. 182).

Queremos aqui explicar a dimensão da era da informatização planetária tendo em vista nosso objetivo de elucidar que o saber técnico foi codificado pelas demandas capitalistas e que, no entanto, ele pode ser reecodificado a partir de referências outras, tais como os aceleracionistas de esquerda dão a entender. Não podemos nos desfazer da técnica, mas podemos, por meio de agenciamentos autodeterminados, redefinir o sentido que esta tem, o que poderia desembocar, como mostra a modelização de Guattari, numa outra subjetivação da técnica.

Nessa era, Guattari enfatiza a maximização da potência de processualidade que as revoluções técnicas obtiveram. Segundo o autor, pode-se ver algumas características dessas mudanças:

1 - A mídia e as telecomunicações tendem a replicar as antigas relações orais e escritas. Cabe notar que a polifonia que resultar disso não irá mais associar apenas vozes humanas, mas também vozes maquínicas como os bancos de dados, a inteligência artificial, as imagens de síntese etc. A opinião e o gosto coletivo, por sua vez, serão trabalhados por dispositivos estatísticos e de modelização como os que são produzidos pela publicidade e a indústria cinematográfica; 2 - As matérias-primas naturais vão se apagando aos poucos diante de uma imensidão de novos materiais fabricados por encomenda pela química (materiais plásticos, novas ligas, semicondutores etc.). O desenvolvimento de fissão nuclear e, amanhã, da fusão, nos permite prever uma ampliação considerável dos recursos energéticos, a não ser que este desenvolvimento conduza a desastres irreversíveis causados por poluição! [mesmo assim, ainda continua]. [...] 3 - Com a temporalidade introduzida pela microprocessadores, quantidades enormes de dados e de problemas podem ser tratados em lapsos de tempo minúsculos, de modo que as novas subjetividades maquínicas são param de adiantar-se aos desafios e aos problemas com os quais se confrontam; 4 - A engenharia biológica, por sua vez, abre caminho para uma remodelação de formas vivas que pode levar a modificações radicais das condições de vida no planeta e, conseqüentemente, de todas as referências etológicas e imaginárias que lhe são aferentes (Guattari, 1993, p. 186-7).

A conclusão proposta por Guattari diante dessas amplificações processuais esclarece que todas elas na verdade apenas reforçaram a alienação, produzem uma “mass-midiatização opressiva e políticas consensuais infantilizantes” (Guattari, 1993, p. 187). Nesse sentido, o autor se pergunta, e junto a ele também nos indagamos, o que permitirá que essas processualidades intensificadas se livrem dos “valores segregativos e crie condições para o pleno desabrochar dos esboços atuais de revolução da inteligência, da sensibilidade e da criação?” (Guattari, 1993, p. 187).

Tendo em vista a modelização subjetiva proposta por Guattari, que busca lidar com as questões processuais que produzem a subjetividade e não se prende a uma busca universal do que é ou do que significa o Eu, o que se torna propositivo em sua crítica volta-se para a terceira dimensão dos equipamentos de subjetivação, a saber, as vozes de autoreferência. Essa dimensão

é pensada por Guattari desde da década de 1950, quando iniciou seus trabalhos na clínica de La Borde e teve a chance, junto dos psiquiatras François Tosquelles e Jean Oury, de fazer parte da revolução psiquiátrica a partir da instauração do que veio a ser chamada de análise institucional.

Essa prática clínico-política construiu as bases teóricas para Guattari buscar defender uma pragmática da revolta que, segundo ele, tem o poder de nos fazer agentes coletivos de enunciação, dotados do poder de criar novas referências autodeterminadas e nos decodificar dos signos dominantes que temos atualmente como referência. Assim, apesar dos outros equipamentos de subjetivação (vozes do poder e vozes do saber) funcionarem como mecanismos de coerção e controle, Guattari deixa e acredita num espaço subjetivo possível que, pela intensidade do desejo, quebra com a ordem semiótica dada.

Em *A Revolução Molecular*, recém publicado (2024) com uma nova edição pela editora Ubu, há um texto intitulado *Micropolítica do Fascismo* no qual Guattari explicitamente define os agenciamentos coletivos de enunciação, que podemos entender, neste contexto, como sendo justamente as vozes de autorreferência. Ele diz o seguinte:

Os agenciamentos coletivos de enunciação produzem seus próprios meios de expressão - pode tratar-se de uma língua especial, de uma gíria, do retorno a uma língua antiga. Eles trabalham ao mesmo tempo os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais. O face a face, sujeito-objeto e a tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação ou da representatividade e o da subjetividade são profundamente modificados. O agenciamento coletivo é, ao mesmo tempo, sujeito, objeto e expressão. O indivíduo não mais é aquele que responde universalmente pelas significações dominantes. Aqui, tudo pode participar da enunciação - tanto indivíduos como zonas do corpo, trajetórias semióticas ou máquinas ligadas em todas as direções. O agenciamento coletivo de enunciação faz interagir os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais, muito aquém da retomada que se pode fazer num *corpus* linguístico ou de uma metalinguagem teórica. Como é possível tal passagem? Pode-se pretender dar plena liberdade à diversidade dos discursos em uma sociedade industrial altamente diferenciada? *Como um objeto social - um grupo-sujeito - poderia substituir o sistema de representações e as ideologias?* (Guattari, 2024, p. 50, grifo nosso).

No fundo parece se tratar, portanto, de uma vontade de ruptura com as representações dominantes de modo que, pelo agenciamento coletivo de enunciação, uma nova maneira de existir e de se expressar venha à tona, já que, como o próprio Guattari afirma, “um agenciamento coletivo de enunciação articulará algo do desejo sem relacioná-lo a uma individuação subjetiva, sem enquadrá-lo num assunto preestabelecido ou em significações previamente codificadas” (Guattari, 2014, p.47).

Ora, o que fica disso quando evocamos o desenvolvimento das forças produtivas é justamente a tentativa teórica, que tem objetivos práticos, de rearticular o que entendemos atualmente por tecnologia. Como os aceleracionistas de esquerda afirmaram, precisamos compreender que não temos mais tempo para sonhar nostalgicamente com um passado sem tecnologias da informação, devemos nos imbuir da vontade de criar novos modos de relações produtivas, já que o desenvolvimento maquínico é e continuará sendo uma das vias de subjetivação no mundo contemporâneo. Mas, como Guattari diz, essa revolução no nível dos signos existências, ou seja, aqueles que tomamos como norteadores ético-políticos e estéticos, “implicam passagens inevitáveis por pontos de ruptura de sentido, por engajamentos processuais irreversíveis, cujos agentes são geralmente incapazes de prestar contas a quem quer que seja, nem mesmo a si próprios, o que inclusive os expõe a riscos de loucura” (Guattari, 1993, p. 188). A questão é saber se estamos prontos para isso.

Considerações finais

Este artigo percorreu um movimento conceitual que teve início com uma questão central: o que o aceleracionismo, o desejo e a subjetividade têm em comum? Partimos da hipótese de que a articulação entre esses três eixos pode oferecer ferramentas teóricas para compreender os impasses contemporâneos colocados pela crise civilizatória agravada pelo neofascismo e pelas formas cada vez mais sofisticadas de determinação dos modos de subjetivação opressores do tecnocapitalismo.

A primeira parte do trabalho buscou apresentar uma genealogia crítica do aceleracionismo, distinguindo suas vertentes reacionárias e emancipadoras, com atenção especial ao aceleracionismo de esquerda. Nesse percurso, ficou evidente que a aceleração das forças produtivas, longe de ser uma apologia ao capital, pode se tornar, quando politicamente reorientada, um dispositivo de transformação e ruptura com o estado atual das coisas. O que está em jogo não é simplesmente acelerar, mas redefinir os vetores dessa aceleração: para onde, por quem, com quais efeitos subjetivos?

A segunda parte concentrou-se na obra tardia de Félix Guattari, especialmente nas suas contribuições para uma teoria da produção de subjetividade. Ao apresentar os equipamentos coletivos de subjetivação - vozes de poder, de saber e de autorreferência -, Guattari oferece uma cartografia das formas e tempos históricos que tiveram impacto nos processos de subjetivação na história capitalista. Nesse ponto, o artigo evidenciou como a técnica, historicamente colonizada pelas lógicas do capital, pode também ser ressignificada por meio de agenciamentos coletivos de enunciação que visam resistir às formas hegemônicas de subjetivação referentes ao significado e ao sentido da tecnologia.

Ao reunir essas duas frentes -o aceleracionismo de esquerda e a esquizoanálise guattariana -, procuramos demonstrar que há um horizonte teórico possível no qual a técnica deixa de ser apenas instrumento de dominação para tornar-se ferramenta de reinvenção existencial. Essa articulação não busca uma síntese totalizante, mas sim um terreno comum de problematização: como reverter os mecanismos de opressão aparentemente “imanentes” ao desenvolvimento maquínico e reabrir o campo da tecnologia como invenção de novos modos de relações sociais? O filósofo chinês Yuk Hui tem tomado essa questão para si e tem desenvolvido em seus livros⁸ a abertura para uma possível tecnodiversidade.

Em última instância, este movimento conceitual visa oferecer uma resposta afirmativa à crise contemporânea: ao invés de recuar diante da tecnificação da vida, trata-se de radicalizar o pensamento crítico e criativo sobre as condições de subjetivação, assumindo que a construção de alternativas técnico-políticas dependerá da capacidade de operar rupturas nos signos dominantes, reinventar os sentidos do desejo - enquanto aquele que permite uma leitura da produção virtual da realidade - e de reapropriar e redefinir os fluxos da técnica.

⁸ Cf. Hui, Y. *The Question Concerning Technology in China: An Essay in Cosmotechnics*, 2016.

Referências

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- GABARRON-GARCIA, F. *O Anti-Édipo e seus detratores*. In: SANTOS, Anderson (Org.). *Psicanálise e esquizoanálise: diferença e composição*. N-1 edições, 2022.
- GUATTARI, F. *A Revolução Molecular*. São Paulo: São Paulo; Ubu Editora, 2024.
- GUATTARI, F. *Caosmose: Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, F. *Da produção de subjetividade*. In: PARENTE, André (Org.). *Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2004.
- GUÉRON, R. *A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx*. Revista Filosofia, Aurora, Curitiba, v. 29, n. 46, p. 257-282, jan./abr. 2017. Disponível em : <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/13148> Acesso em: 02/06/2025.
- HUI, Y. *The Question Concerning Technology in China: An Essay in Cosmotechnics*. London, Urbanomic, 2016.
- MACKAY, R.; AVENESSIAN, A. *#ACCELERATE: The Accelerationist Reader*. London, Urbanomic, 2014.
- MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NOYS, B. *Malign Velocities. Accelerationism & Capitalism*. Zero Books, 2014.
- NOYS, B. *The Persistence of the Negative: A Critique of Contemporary Continental Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.
- S. JÚNIOR, J. G.; MICKUS, R. Z. *Os demônios de Nick Land: uma especulação introdutória sobre aceleração e hiperstição*. In. *DasQuestões*, v. 12, n. 1, p. 229-252, junho de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/34909> Acesso em: 30/05/2025.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Victoria Hautz do Carmo victoriahautz@gmail.com